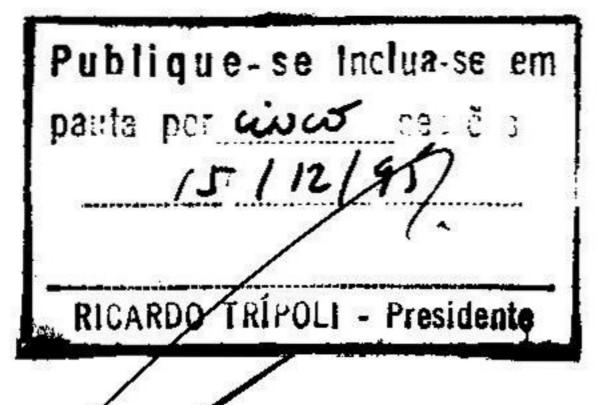


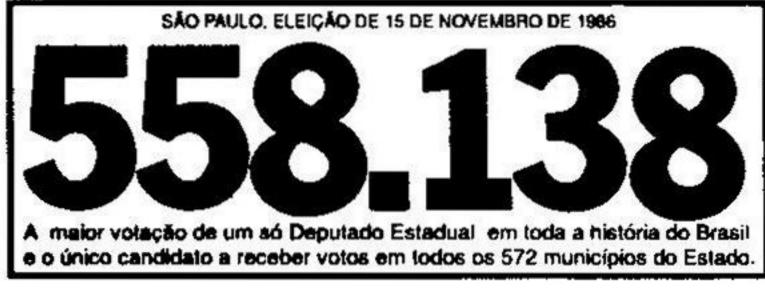
Deputado AFANASIO JAZADJI 2° Vice-Presidente

IN GUE A MESA In.

ESTE IMPRESSO NÃO FOI PAGO COM DINHEIRO PÚBLICO



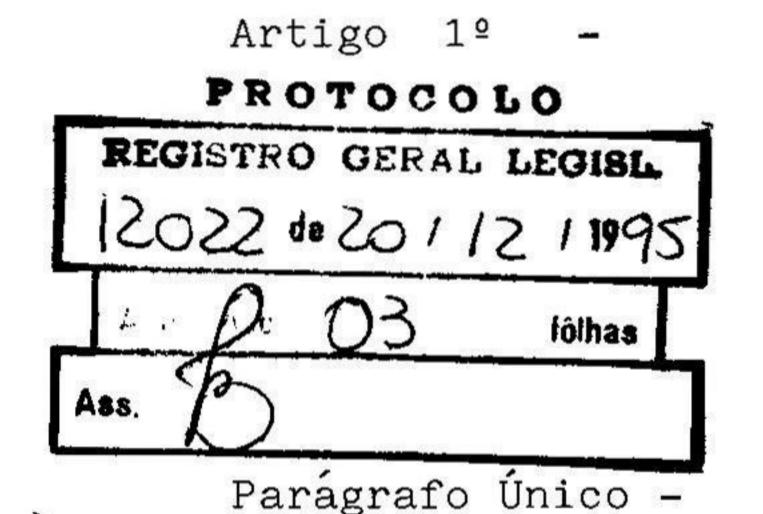
PROJETO



DE LEI Νō 1995

Dispoe sobre a obrigatoriedade das Empresas permissionarias instalarem na porta central de uma porcentagem de seus coletivos elevadores hidráulicos para facilitar o acesso passageiros portadores de deficiência física.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:



50

30

Artigo

Artigo

Ficam obrigadas as Empresas permissionarias transporte coletivo intermunicipal, a de instalarem elevadores hidráulicos em 10% dos veículos de cada linha, para facilitar o acesso de passageiros portadores de deficiência física.

Os referidos coletivos deverão espaço para a acomodação das pessoas portade doras lidadas na N.B.R. 10.984 que adequação dos transportes para

deficiência física, conforme determina Normas Técnicas da A.B.N.T. (Associação Brasileira de Normas Técnicas) consotrata da portadoras de deficiência.

Poder Executivo regulamentará, no prazo (noventa) dias os objetivos desta de 90 Lei.

As despesas decorrentes desta Lei ficarão por conta de dotações financeiras proprias, consignadas no orçamento vigente e suplemense necessário, devendo as tadas, novas Deputado
AFANASIO JAZADJI
2° Vice-Presidente

FLS: N. 02 PROC. 12022

- Folha nº 2 -

previsões destinar recursos próprios para o seu fiel cumprimento.

Artigo 4º -

Todo coletivo intermunicipal que entrar em circulação deverá se adequar aos objetivos contidos em dispositivo desta Lei.

Artigo 5º -

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Divisão de ordenamento Legislativo

Esta proposição contém

Lassinaturas

SDC, 18 / 12 /1

Chefe de Seção

Deputado AFANASIO JAZADJI

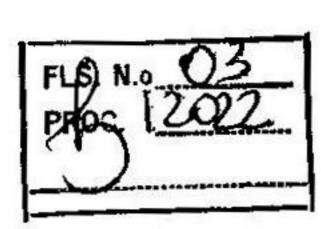
JUSTIFICATIVA

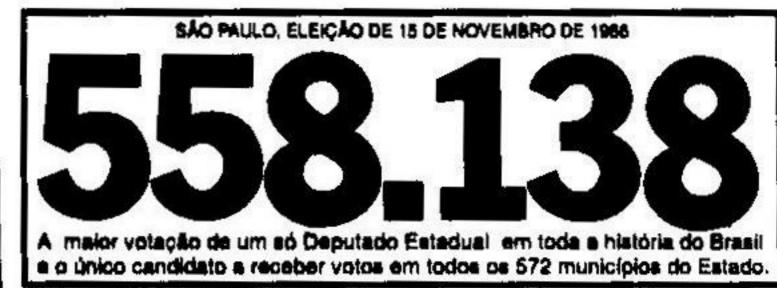
Conforme estimativa da OMS (Organização Mundial de Saúde), 10% da população é portadora de algum tipo de deficiência, o que nos dá um número aproximado de 3,2 milhões de pessoas portadoras de deficiência neste Estado. Diante deste quadro acreditamos que as pessoas portadoras de deficiência física não devem, também, ser penalizadas com a impossibilidade, hoje quase total, de se deslocarem de uma cidade para outra. O atendimento, quando há, é precário e o desconforto total.

É perfeitamente possível, hoje em dia, através de elevadores hidráulicos, facilitar o acesso de pessoas portadoras de deficiência física nas viagens de ônibus, desde que alguns destes coletivos sejam adaptados para o atendimento dessas pessoas.

ESTE IMPRESSO NÃO FOI PAGO COM DINHEIRO PÚBLICO

Deputado
AFANASIO JAZADJI
2° Vice-Presidente





- Folha nº 3 -

Visa este Projeto, exatamente, à obrigatoriedade da instalação, pelas Empresas de transporte coletivo intermunicipal, de elevadores hidráulicos em 10% (dez por cento) dos coletivos de cada linha.

Não se pode negar o direito às pessoas portadoras de deficiência física de acesso ao transporte coletivo, consolidados na Carta Magna em seu Capítulo VII-Art. 227 - Parágrafos 1º e 2º e também na Constituição do Estado de São Paulo em seu Capítulo VII - Art. 280.

Por estas razões, peço e espero o aval de meus nobres Pares.

Deputado AFANASIO JAZADJI

ESTE IMPRESSO NÃO FOI PAGO COM DINHEIRO PÚBLICO



Nos termos do Item 3, Parágrafo único do artigo 148, da VIII Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 1ª à 5ª Sessões Ordinárias (de 2 a 8 de fevereiro de 1996), não tendo recebido emendas e substitutivos.

Folha 04 Processo 12022/95

D.O.L. 9 de fevereiro de 1996



DEPUTADO AFANASIO JAZADJI

G

90

10

MESA

SÃO PAULO, ELEIÇÃO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1986 A maior votação de um só Deputado Estadual em toda a história do Brasil e o único candidato a receber votos em todos os 572 municípios do Estado.

São Paulo, // de abril de 1996

A MESA RICARDO TRIPOLI - Presidente

SENHOR PRESIDENTE

Requeiro, nos termos do artigo 61 e seus respectivos parágrafos da VIII Consolidação do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que Vossa Excelência se digne designar RELATOR ESPECIAL para o Projeto de Lei nº 985 de 1995, de minha autoria, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, com prazo vencido, para que seja exarado parecer, a fim de que referida propositura possa seguir seus trâmites regimentais.

Sala das Sessões,

Mario Deputado AFANASIO JAZADJI

A Sua Excelência o Senhor Deputado RICARDO TRÍPOLI DD. Presidente da Assembléia Legislativa São Paulo - SP

INCLUIDE LA LAL GIA. T SESSÃO DE SECATE MESIS NO D.O.L. Senhor Assessor Procurador-Chefe

Fig. 13032/9/2

Comunico a V.Sa. que O Projeto de Lei nº 985, de 1995, encontrase na Comissão de Constituição e Justiça , com prazo regimental vencido.

ATM, em 12 de abril de 1996

Auxiliar Técnico da Mesa

Senhor Presidente

~~

À vista da informação supra, sugerimos a Vossa Excelência que determine o procedimento previsto no §2º do artigo 61 da VIII Consolidação do Regimento Interno.

ATM, em 12 de abril de 1996

Auro Augusto Caliman Assessor Procurador - Chefe

DESPACHO

À ATM, para requisitar da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 985, de 1995, para as providências previstas no artigo 61 da VIII CRI.

GP, em 17 de abril de 1996

RICARDO TRÍPOLI PRESIDENTE

Ex. das Comissões

e Justiça

Lei Zo de 10 dias.

985

Projeto de -

95,**po** pra-

Constituição

96